

TERRITÓRIO USADO E RELAÇÕES INTERPESSOAIS NEGATIVAS: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA INTERPRETAÇÃO GEOGRÁFICA DO CIBERBULLYING

USED TERRITORY AND NEGATIVE INTERPERSONAL RELATIONS: CONTRIBUTIONS
TO A GEOGRAPHICAL INTERPRETATION OF CYBERBULLYING

TERRITORIO UTILIZADO Y RELACIONES INTERPERSONALES NEGATIVAS:
APORTACIONES A UNA INTERPRETACIÓN GEOGRÁFICA DEL CIBERACOSO

Claudia Cleomar Ximenes¹
Nubia Caramello²
José Mauro Palhares³
Sônia Maria Teixeira Machado⁴
Izidoria Silva dos Santos Amorim⁵
Neuza Pereira de Oliveira⁶

RESUMO: Esse artigo buscou analisar o fenômeno do cyberbullying como uma expressão espacializada dessas relações no contexto do espaço híbrido contemporâneo, à luz da Geografia Crítica. Metodologicamente, este estudo qualitativo de natureza teórico-analítica, documental, amparou-se no exame de nove casos de cyberbullying que culminaram em violência extrema. No aporte teórico, a estrutura da análise de conteúdo articulou-se à abordagem dialética por meio de categorias geográficas essenciais: uso do território, territorialidade, desterritorialidade, multiterritorialidade e a tríade do espaço concebido, percebido e vivido. Os resultados evidenciam que o território usado constitui a principal categoria analítica para compreender as relações de poder produzidas no espaço híbrido, onde a articulação entre sistemas de objetos e sistemas de ações reconfigura as relações interpessoais. Por fim, a investigação dos casos documentados na mídia demonstrou que o cyberbullying se territorializa por meio do uso hostil de plataformas digitais, materializando práticas de controle, exposição e violência que atravessam indissociavelmente os espaços digital e presencial.

Palavras-chave: Espaço Híbrido. Sistemas de Objetos/Ações. Territorialidade.

¹Mestra em Geografia. Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

²Doutora em Geografia. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP.

³Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Professor do Departamento de Geografia na Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.

⁴Mestra em Geografia. Docente no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Rondônia – IFRO.

⁵Doutora em Ciências da Educação. Universidade Del Sol – UNADES.

⁶Mestra em Estudos Literários. Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

ABSTRACT: This article sought to analyze the phenomenon of cyberbullying as a spatialized expression of these relationships within the context of contemporary hybrid space, through the lens of Critical Geography. Methodologically, this qualitative study — theoretical-analytical and documentary in nature — was based on the examination of nine cases of cyberbullying that culminated in extreme violence. Regarding the theoretical framework, the content analysis structure was linked to a dialectical approach using essential geographic categories: use of territory, territoriality, deterritorialization, multiterritoriality, and the triad of conceived, perceived, and lived space. The results show that “used territory” constitutes the primary analytical category for understanding the power relations produced in hybrid space, where the interplay between systems of objects and systems of actions reconfigures interpersonal relationships. Finally, the investigation of cases documented in the media demonstrated that cyberbullying territorializes itself through the hostile use of digital platforms, materializing practices of control, exposure, and violence that inextricably span both digital and physical spaces.

Keywords: Hybrid Space. Systems of Objects/Actions. Territoriality.

RESUMEN: Este artículo tuvo como objetivo analizar el fenómeno del ciberacoso como una expresión espacializada de dichas relaciones en el contexto del espacio híbrido contemporáneo, bajo la óptica de la geografía crítica. Desde una perspectiva metodológica, este estudio cualitativo — de carácter teórico-analítico y documental — se basó en el examen de nueve casos de ciberacoso que derivaron en violencia extrema. En cuanto al marco teórico, la estructura del análisis de contenido se vinculó a un enfoque dialéctico que empleó categorías geográficas esenciales: uso del territorio, territorialidad, desterritorialización, multiterritorialidad y la tríada del espacio concebido, percibido y vivido. Los resultados muestran que el «territorio usado» constituye la categoría analítica fundamental para comprender las relaciones de poder que se generan en el espacio híbrido, donde la interacción entre sistemas de objetos y sistemas de acciones reconfigura las relaciones interpersonales. Finalmente, el análisis de los casos documentados en los medios de comunicación demostró que el ciberacoso se territorializa mediante el uso hostil de plataformas digitales, materializando prácticas de control, exposición y violencia que abarcan de manera indisoluble tanto el espacio digital como el físico.

Palabras clave: Espacio Híbrido. Sistemas de Objetos/Acciones. Territorialidad.

I INTRODUÇÃO

A consolidação do meio técnico-científico-informacional reconfigurou o espaço geográfico com a articulação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, processo que favoreceu a constituição do espaço híbrido. Nele, o dualismo cartesiano entre o mundo puramente físico e o universo virtual dissolve-se. As interações humanas passam a ser mediadas de forma instantânea por infraestruturas de comunicação corporativas e escolares, gerando uma dinâmica de fluxos em tempo real que redesenha as fronteiras da vida cotidiana.

A compreensão dos sistemas de objetos exige considerar o papel da técnica na constituição do espaço geográfico. A técnica constitui uma mediação fundamental entre a sociedade e o espaço, expressando as formas históricas de produção, organização e uso do território. Os objetos técnicos não existem de maneira isolada, mas integram sistemas técnicos que caracterizam cada período histórico e condicionam as possibilidades de realização das ações sociais (Santos, 2006; 2012; 2013; 2014a; 2014b).

A incorporação das tecnologias digitais à análise do território usado decorre da compreensão baseada na teoria miltoniana de que cada período histórico produz novos sistemas técnicos, responsáveis por reorganizar as formas de uso do espaço geográfico. A realidade geográfica emerge justamente da interação permanente entre elas, uma vez que os objetos condicionam possibilidades de ação, enquanto as ações atribuem funções, significados e novos usos aos objetos (Santos, 2014a).

A expansão das redes informacionais abriga a cooperação e atua como substrato onde as relações interpessoais negativas se materializam de maneira violenta. Casos como o do cyberbullying têm provocado ações sistêmicas. O espaço híbrido funde o território físico escolar a outros espaços por intermédio de telas que atravessam as barreiras geográficas que antes protegiam a intimidade do indivíduo.

O assédio e a perseguição sistemática nos ambientes digitais configuram-se como processos geográficos. Com a instrumentalização das infraestruturas de informação, o agressor expande o seu campo de controle. Ao atingir a vítima em qualquer coordenada de tempo e de espaço, essa violência rompe suas territorialidades de segurança e instaura uma crise aguda na satisfação de suas necessidades fundamentais (Ximenes; Caramello, 2019; Cerqueira *et al.*, 2026).

Diante desse contexto, o presente artigo vê o cyberbullying sob uma perspectiva analítico-interpretativa baseada na categoria do território usado de Milton Santos. Busca-se investigar como as infraestruturas do espaço híbrido são operadas como instrumentos de relações interpessoais negativas e exercício de poder coercitivo, resultando em dinâmicas de desterritorialização existencial da vítima.

As relações interpessoais se desenvolvem em uma espacialidade caracterizada pela continuidade entre os ambientes presenciais e digitais, pois:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá (Santos, 2014a, p. 63).

Exemplo disto é a escola, onde suas dinâmicas relacionais estendem-se às plataformas digitais, onde as interações ocorrem, ali são iniciadas e com os diálogos são dinamizadas, podendo ocorrer reforço do discurso, modificações ou interrupções. As tecnologias digitais integram o território usado, como recursos técnicos e como elementos que reorganizam as formas de comunicação, sociabilidade e produção das relações sociais.

A compreensão das relações interpessoais no espaço híbrido requer avançar da análise do território usado para os processos pelos quais os sujeitos produzem, disputam e ressignificam

os territórios que habitam. Nesse sentido, a contribuição de Haesbaert (2004; 2007) amplia a abordagem proposta por Santos (2014a) ao enfatizar que o território constitui, simultaneamente, uma dimensão material e simbólica das relações sociais, sendo produzido por diferentes formas de apropriação, pertencimento, controle e exercício do poder.

Uma vez compreendido o espaço híbrido como expressão contemporânea do território usado e reconhecidas as relações de poder que produzem diferentes territorialidades, torna-se necessário compreender como esse espaço é experimentado pelos sujeitos. Nessa perspectiva, Lefebvre (1991) amplia a análise ao demonstrar que o espaço não constitui um suporte neutro das relações sociais, mas uma produção social continuamente construída pelas práticas cotidianas. O espaço é, simultaneamente, condição, meio e produto das relações sociais, razão pela qual sua compreensão exige considerar tanto sua organização material quanto as experiências e os significados produzidos pelos sujeitos.

Para interpretar esse processo, Lefebvre (1991) propõe uma tríade analítica composta pelo espaço concebido, pelo espaço percebido e pelo espaço vivido. Essas dimensões representam momentos interdependentes da produção do espaço, cuja articulação leva à compreensão de como racionalidades técnicas, práticas cotidianas e experiências subjetivas se articulam.

A dificuldade em estudar essas relações está justamente nos enfoques tradicionais que trabalham mais com questões organizacionais e psicológicas. Necessário se faz um olhar geográfico focado nas dinâmicas das relações humanas. Ciente dessa necessidade teórico-metodológica, foram estudadas três questões específicas para conseguir alcançar o objetivo geral, que é o de analisar o fenômeno do cyberbullying como uma manifestação das relações interpessoais negativas produzidas no território usado do espaço híbrido contemporâneo, à luz da Geografia Crítica.

Com os três objetivos específicos que sustentam o geral, compreendeu-se o espaço híbrido a partir da transição epistemológica da Geografia Crítica, demonstrando como a articulação entre sistemas de objetos (infraestruturas digitais) e sistemas de ações (práticas sociais) reconfiguram as relações interpessoais no contexto do cyberbullying. Também se buscou examinar, com base em casos documentados na mídia, como o poder é exercido e territorializado por meio do uso hostil das plataformas digitais, evidenciando as dinâmicas de conflito, controle e violência no espaço híbrido.

Discute-se, ainda, os impactos do cyberbullying sobre a territorialidade e as necessidades fundamentais da vítima, evidenciando os processos de desterritorialização existencial

decorrentes da violação dos espaços de pertencimento, proteção e segurança. Sob o prisma dialético, o espaço deixa de ser concebido como um receptáculo inerte de ações humanas e passa a ser compreendido como uma totalidade dinâmica, permeada por tensões de classe, dominação e conflito.

Justifica-se este estudo pela necessidade de transpor o debate epistemológico abstrato sobre o espaço e aplicá-lo às problemáticas urgentes e concretas do cotidiano, dando continuidade aos estudos anteriores que debateram a dimensão territorial do assédio moral e das relações de poder no trabalho organizacional.

2 METODOLOGIA

Esta investigação caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza teórico-analítica e base documental. O procedimento metodológico orienta-se pela dialética entre a descrição e a explicação proposta por Dollfus (1973), estruturando a análise a partir do encadeamento de três perguntas fundamentais: onde, como e por que o cyberbullying se manifesta. Assim, mapeia-se a organização desse fenômeno no espaço a partir de casos-limite.

A investigação parte da interpretação geográfica do cyberbullying como fenômeno produzido no território híbrido, a partir da relação entre sistemas técnicos digitais e práticas sociais. O estudo adota como referência epistemológica o território usado. Essa abordagem compreende o espaço como uma construção dinâmica formada pela relação indissociável entre sistemas de objetos e sistemas de ações.

A população do estudo compreende episódios de cyberbullying de grande repercussão social ocorridos em contextos tanto nacionais quanto internacionais. A amostragem foi selecionada de forma intencional por tipicidade, delimitando um corpus de 9 (nove) casos-limite de violência extrema ocorridos globalmente entre os anos de 2009 e 2026.

Os critérios de inclusão adotados foram: (i) casos que envolveram contextos escolares com desdobramentos em ambientes virtuais; (ii) episódios que culminaram em desfechos de violência irreversível (ataques a instituições de ensino, homicídios ou suicídios); e (iii) presença de ampla cobertura e documentação na mídia nacional ou internacional.

O levantamento de dados ocorreu por meio de busca ativa em plataformas digitais, coletando-se reportagens jornalísticas de portais de ampla circulação e registros documentais públicos sobre as ocorrências. A finalidade de apresentar os casos-limite foi compreender processos socioterritoriais presentes em situações-limite. O estudo dispensa submissão ao

Sistema CEP/CONEP (Comitê de Ética em Pesquisa/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa), por utilizar documentos de domínio público, assegurando o tratamento ético dos dados.

A análise buscou identificar como relações interpessoais fragilizadas, sistemas técnicos digitais e formas de exercício do poder participam da produção de conflitos com consequências irreversíveis. Os casos representam manifestações particulares de uma dinâmica espacial mais ampla. Nesse processo, o espaço híbrido incorpora novas formas de interação, exposição, controle e violência.

O tratamento analítico do material documental fundamenta-se na perspectiva dialética miltoniana, pela qual os fenômenos socioterritoriais são entendidos como processos em permanente transformação. Para interpretar os casos como expressões de processos históricos e espaciais em movimento, constituídos por contradições entre técnica, ação e poder, assume-se que:

toda situação é, do ponto de vista estático, um resultado, e, do ponto de vista dinâmico, um processo (Santos, 2014b, p. 103).

Operacionalmente, esse tratamento seguiu os preceitos da Análise de Conteúdo de Bardin (2016), estruturada em três fases essenciais: a pré-análise (organização do corpus), a exploração do material e o tratamento/interpretação dos resultados. As categorias analíticas foram geradas a partir do referencial do território usado (Santos, 2014a), investigando os nove casos por meio de três dimensões articuladas: (a) técnica: os objetos e as infraestruturas digitais que sustentaram a circulação de informações e as agressões; (b) social: as práticas relacionais, os discursos e os conflitos virtuais; e (c) territorial: as relações de poder, as formas hostis de apropriação do espaço híbrido e as disputas simbólicas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO TEÓRICO-ANALÍTICA

A compreensão do cyberbullying como um fenômeno socioterritorial ganha clareza a partir da visualização integrada dos eventos empíricos que fundamentam esta investigação. A investigação empírica apoiou-se no levantamento documental de episódios de violência digital que repercutiram nos meios de comunicação social brasileiros.

A sistematização a seguir expõe o panorama geral dos nove casos-limite selecionados, organizados cronologicamente, com o intuito de apresentar as variáveis espaço-temporais, os desdobramentos institucionais e a severidade dos desfechos de violência no âmbito do espaço

híbrido contemporâneo. Essa caracterização inicial subsidia a análise dialética construída ao longo do capítulo. O Quadro 1 apresenta o ordenamento do corpus documental analisado:

Quadro 1 – Sistematização dos Casos de Ataques e Cyberbullying Vinculados ao Meio Digital

Caso e Fonte	Descrição do Evento	Sistemas de Objetos
Caso 1: Tim Kretschmer (Winnenden, Alemanha) – Portal G1 (2009)	Adolescente vítima de bullying que utilizou a internet para expressar sofrimento emocional, desabafar sobre a falta de reconhecimento social e anunciar suas intenções hostis antes do ataque.	Salas de bate-papo (chats online); redes sociais.
Caso 2: Thomas J. Lane (Chardon, EUA) – Portal G1 (2012)/Estadão (2012)/Prado (2013)	Jovem marginalizado e vítima de perseguição sistemática (bullying) por colegas de classe, que utilizou redes sociais para publicar advertências e mensagens alarmantes antes do atentado.	Plataformas Twitter e Facebook.
Caso 3: Wellington Menezes (Realengo, Brasil) – BBC Brasil (2019)/Siqueira e Guimarães (2019)	Atirador que gravou vídeos justificando o ataque como vingança por bullying sofrido na infância. Posteriormente, sua imagem e o atentado foram associados e celebrados por comunidades de ódio digital.	Fórum anônimo Dogolachan (Deep Web); plataformas de compartilhamento de vídeo.
Caso 4: Guilherme Tauci e Luiz Henrique (Suzano, Brasil) – El País Brasil (2019)/Siqueira e Guimarães (2019)/Basílio (2019)	Ex-alunos que planejaram e coordenaram o ataque com o auxílio de membros de uma comunidade de ódio online. Um dos autores publicou fotos portando as armas e máscara antes do crime.	Fórum anônimo Dogolachan (Deep Web/Imageboard); redes sociais.
Caso 6: Escola Americana do Rio (Rio de Janeiro, Brasil) – Portal G1 (2024)	Perfil falso criado por aluno no Instagram para ameaçar, difamar e promover a exclusão social de colega de turma. A conduta resultou em severo sofrimento emocional e condenação judicial da instituição por omissão.	Plataforma Instagram; dispositivos móveis de telefonia.
Caso 7: Bullying Político em Grupo Escolar (Distrito Federal, Brasil) – Tribunal de Justiça do DF (2024)	Estudante de escola pública intimidada e ameaçada em grupo de comunicação por motivos de posicionamento político, sob a participação e conivência de docentes e colegas.	Aplicativo de mensagens instantâneas (WhatsApp).
Caso 5: Adolescente de 13 anos (Rio Branco, Acre) – Portal G1 AC (2026)	Aluno que realizou ataque motivado por bullying sistemático sofrido no ambiente escolar. Investigação policial apreendeu dispositivos eletrônicos para periciar comunicações e conexões online.	Dispositivos móveis; redes sociais sob perícia e monitoramento digital.
Caso 8: Ranking de Categorização Sexual (Rio de Janeiro, Brasil) – Portal G1 (2026)	Lista virtual criada por estudantes do Colégio Cruzeiro para classificar dezenas de alunas sob categorias sexuais de cunho pejorativo, gerando humilhação pública e ampla exposição digital.	Redes sociais; mecanismos de busca e indexação na internet.
Caso 9: Uso de Inteligência Artificial para Imagens Falsas (Minas Gerais, Brasil) – Agência Estado/Portal UOL (2026)	Disseminação de montagens íntimas falsas geradas por meio de algoritmos de inteligência artificial aplicados sobre fotografias de estudantes de classe, acarretando graves danos morais e investigação policial.	Ferramentas de Inteligência Artificial Generativa; redes de compartilhamento social.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026) a partir de noticiários on-line.

Os casos estudados são exemplos que demonstram a reconfiguração técnica do território. A mudança citada ocorre por meio de dinâmicos sistemas de objetos. Atualmente, a

infraestrutura digital e de comunicação assume diferentes funções sob ações hostis coordenadas. Esses recursos (objetos técnicos) operam de forma direta na propagação de violência e na vigilância mútua.

Nos Casos 3 e 4, o fórum anônimo Dogolachan serve de suporte técnico para coordenar atentados e celebrar a violência de forma coletiva. Nos Casos 1, 2, 4, 5 e 6, redes como Twitter, Facebook e Instagram funcionam como instrumentos de projeção de sofrimento, busca de notoriedade, publicação de ameaças e exposição vexatória de terceiros. No Caso 6, o aplicativo WhatsApp é instrumentalizado para promover violência psicológica e intimidação política contra o discente.

No Caso 9, as ferramentas de Inteligência Artificial Generativa são operadas para adulterar corpos e identidades, constituindo novos aparatos de violação psicológica. Nos Casos 7 e 8, as ferramentas de busca e a perícia em dispositivos móveis evidenciam a capilaridade da atividade digital na preparação e na perpetuação das agressões.

Essa dimensão se conecta com as críticas que Milton Santos direciona à Nova Geografia e ao neopositivismo, cujo foco centrava-se puramente na modelização e na crença da tecnologia como um elemento neutro de coordenação produtiva. Sob a perspectiva da Geografia Crítica, esses sistemas de objetos digitais revelam-se como extensões geográficas do exercício de poder (sistemas de ações). O agressor prescinde da proximidade física imediata de uma sala de aula física ou de um espaço de convivência escolar para infligir danos, obter apoio de comunidades extremistas ou isolar o outro. As redes digitais eliminam as distâncias métricas. As relações interpessoais negativas operam instantaneamente sobre o território usado do indivíduo.

A articulação entre as contribuições de Milton Santos, Rogério Haesbaert e Henri Lefebvre permite interpretar o cyberbullying como um processo de produção espacial. Essa perspectiva desloca a análise das explicações centradas no comportamento individual ou na tecnologia. O fenômeno passa a ser compreendido a partir da produção, do uso e da apropriação do território nas relações interpessoais estabelecidas entre os espaços presenciais e digitais.

A articulação entre sistemas de objetos (densidade técnica) e sistemas de ações (manifestação de poder) evidencia que a violência emerge do uso social das infraestruturas técnicas e das práticas que nelas se desenvolvem. Os objetos técnicos oferecem as condições materiais para a prática de cyberbullying. As ações dos agressores produzem cooperação (como ocorre em grupos de usuários que compartilham da mesma visão ou posicionamento nas plataformas digitais), conflito e exercício do poder. O cyberbullying decorre dessa relação. Sua

intensidade resulta da conectividade permanente, da rapidez na circulação das informações e da permanência dos conteúdos nos ambientes digitais.

O cyberbullying é uma forma específica de uso do território que resulta da articulação entre as tecnologias digitais, as plataformas de comunicação e as práticas sociais que produzem violência, constrangimento e diferenças de poder nas relações interpessoais. Essa abordagem desloca a compreensão do fenômeno de uma perspectiva centrada exclusivamente no comportamento individual para uma análise das condições espaciais e técnicas que possibilitam sua produção e difusão.

As agressões produzem territorialidades marcadas pela assimetria de poder. O controle sobre os fluxos de comunicação e a exposição pública reorganiza os espaços de interação. Esse processo afeta simultaneamente a dimensão funcional e a dimensão simbólica do território. A primeira condiciona as possibilidades de uso e permanência nos diferentes espaços de convivência. A segunda sustenta os vínculos de pertencimento, identidade e reconhecimento.

O cyberbullying compromete essas duas dimensões. Percebe-se, nos documentos estudados, que a vítima encontra dificuldades para exercer seus espaços de interação e perde referências simbólicas que sustentavam sua percepção de segurança e acolhimento. São as manifestações das relações de poder que perpassam essas múltiplas territorialidades. As práticas perversas saem do controle territorial da escola; elas circulam continuamente entre ambientes físicos e as plataformas digitais.

9

Fato é que o agressor mobiliza diferentes recursos técnicos e comunicacionais para ampliar o alcance de suas ações e consolidar relações de controle, enquanto a vítima experimenta processos de desterritorialização ao perceber que espaços tradicionalmente associados à proteção deixam de oferecer segurança frente à persistência das agressões mediadas pelas tecnologias digitais.

A produção social do espaço revela que essas transformações alcançam a experiência cotidiana. A tríade de espaço concebido, percebido e vivido de Lefebvre (1991) auxilia no estudo dessa dinâmica. As racionalidades técnicas estruturam os ambientes digitais. As práticas cotidianas articulam os espaços presenciais e digitais. As experiências vividas atribuem significado a esses espaços. O cyberbullying altera essa relação. Ambientes antes associados ao convívio e ao lazer passam a representar vigilância, medo e sofrimento. A violência modifica os significados atribuídos aos espaços de convivência e reorganiza a experiência espacial da vítima.

Compreende-se que a principal transformação produzida pelo cyberbullying consiste na ampliação dos meios de agressão e na reorganização das formas de uso do território. Objetos técnicos, territorialidades e experiências espaciais constituem um processo único. O sofrimento é a perda progressiva das condições que sustentam o território como espaço de pertencimento, proteção e reconhecimento. Essa reconfiguração do território usado constitui a principal chave analítico-interpretativa deste estudo e evidencia a contribuição da Geografia para a compreensão do cyberbullying.

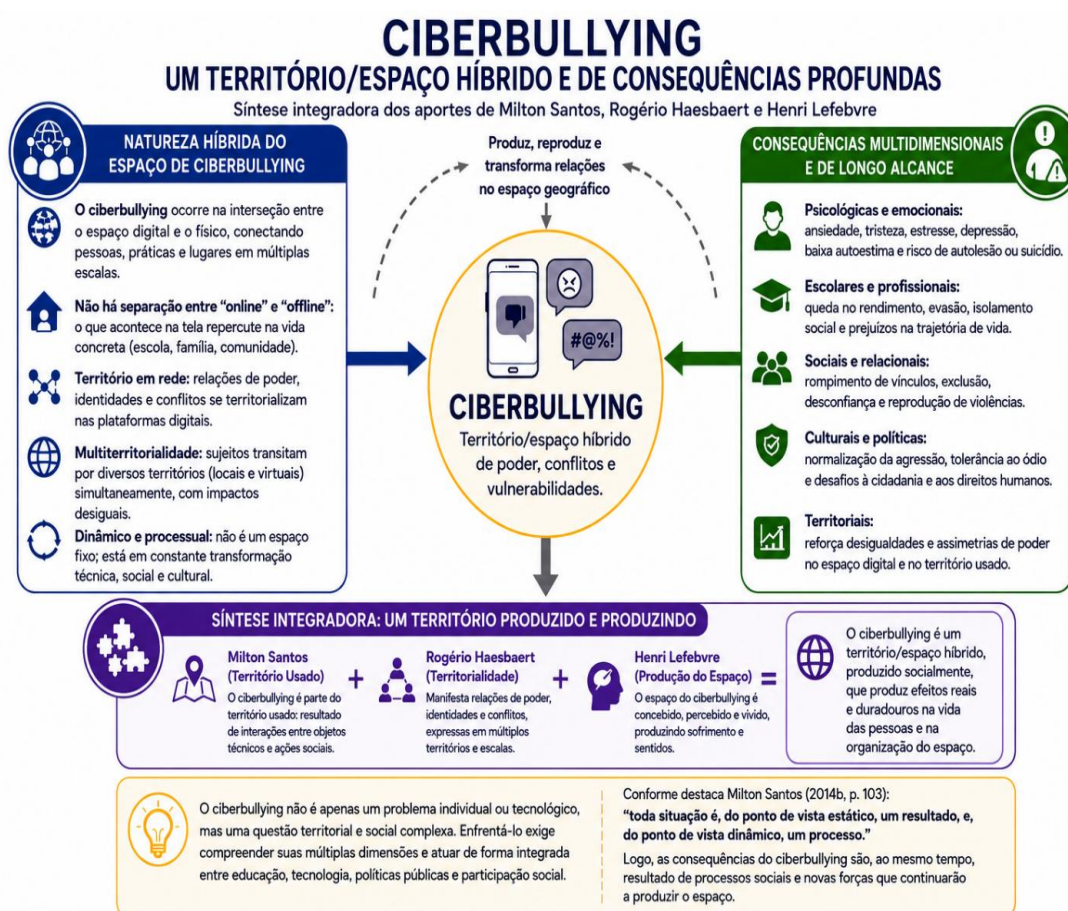


Figura 1 – Produção do território pelas relações interpessoais negativas vividas no cyberbullying

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Haesbaert (2004; 2007), Lefebvre (1991) e Santos (2006; 2012; 2013; 2014a; 2014b).

A Figura 1 sintetiza a articulação entre os referenciais de Milton Santos, Rogério Haesbaert e Henri Lefebvre. O cyberbullying deixa de ser compreendido apenas como uma prática de violência interpessoal para ser interpretado como um processo de produção de territorialidades híbridas, no qual objetos técnicos, relações de poder e experiências espaciais se

integram na constituição do território usado. Essa síntese evidencia que os efeitos da violência extrapolam os limites do ambiente digital e reconfiguram simultaneamente os espaços físicos, virtuais e simbólicos vivenciados pelos sujeitos.

4 CONCLUSÃO

Este estudo demonstrou que as relações interpessoais estabelecidas no espaço híbrido constituem um objeto de investigação geográfica, pois resultam da articulação entre sistemas de objetos digitais, sistemas de ações e relações de poder que produzem novas formas de territorialização. A análise dos casos evidenciou que práticas como o cyberbullying e o assédio virtual não correspondem apenas a conflitos individuais mediados por tecnologias, mas expressam dinâmicas socioespaciais produzidas no território usado, em que plataformas digitais, algoritmos, usuários e instituições participam da construção de territorialidades marcadas pela violência, pelo controle e pela exclusão.

A interpretação fundamentada na Geografia Crítica permitiu compreender que a incorporação das tecnologias digitais ao cotidiano modificou as condições de produção das relações interpessoais, ampliando a escala, a velocidade e a permanência das interações. Nesse contexto, o espaço híbrido deixa de representar apenas um ambiente de comunicação para constituir uma dimensão do território em que diferentes agentes disputam poder, produzem pertencimentos, estabelecem mecanismos de vigilância e exercem formas de dominação que ultrapassam os limites do espaço físico.

A principal contribuição deste estudo consiste em demonstrar que esses fenômenos devem ser compreendidos como processos socioespaciais, cuja análise exige considerar, simultaneamente, as materialidades técnicas, as práticas sociais e as relações de poder que estruturam a produção do espaço. A Geografia reafirma sua capacidade explicativa para compreender as transformações socioespaciais da contemporaneidade e oferece fundamentos teóricos para futuras investigações sobre as territorialidades produzidas nas interações digitais.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADO/PORTAL UOL. Compartilhamento de imagens íntimas de alunas geradas por IA. *Estadão*, São Paulo, 15 jul. 2026.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BASÍLIO, A. L. Massacre de Suzano é o oitavo em escolas do Brasil desde 2002. *Carta Capital*, 13 mar. 2019.

BBC NEWS. Tiros em Suzano: 10 casos de massacres em escolas que chocaram o mundo. *BBC News Brasil*, 13 mar. 2019.

CERQUEIRA, C. C. A. X. et al. Território usado e desterritorialização relacional nas práticas de assédio moral. *Revista de Geopolítica – ReGEO*, v. 17, n. 7, e2847, 2026.

DOLLFUS, O. A *Análise Geográfica*. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: DIFEL, 1973.

EL PAÍS. Ataque com machadinha em escola de Charqueadas, no RS, deixa feridos. *El País*, São Paulo, 21 ago. 2019.

EL PAÍS. Dois ex-alunos invadem escola e matam oito pessoas em Suzano: atentado à Escola Estadual Raul Brasil deixou 10 mortos, incluindo os dois atiradores. *El País*, 13 mar. 2019.

ESTADÃO. Jovem preso por matar alunos em Ohio foge, mas é recapturado. *Estadão*, São Paulo, 12 set. 2014.

G1. Atirador que matou 15 na Alemanha avisou sobre crimes na internet. *G1 Mundo*, 12 mar. 2009.

G1. Suspeito de ataque em escola de Ohio atirou a esmo, diz promotor. *G1 Mundo*, 26 fev. 2012.

G1. Tiroteio em escola de Ohio deixa três estudantes mortos. *G1 Mundo*, 28 fev. 2012.

PRADO, A. A mão que puxou o gatilho que matou seus filhos é a mesma que se masturba com as lembranças deles – T. J. Lane. Disponível em: discopunisher.wordpress.com. Acesso em: 22 jun. 2026.

G1. Justiça do Rio condena Escola Americana, diretor e professora a indenizar ex-aluno por cyberbullying. *G1 Rio de Janeiro*, 20 jul. 2026.

G1. Justiça determina internação de adolescente responsável por ataque em escola no Acre. *G1 Acre Amazônia*, 19 jun. 2026.

G1. ‘Comeria no lucro’, ‘bêbado vai’, ‘nem olharia’: polícia investiga lista on-line com categorias sexuais de alunas de colégio em Jacarepaguá. *G1 Rio de Janeiro*, 8 jul. 2026.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, Niterói, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007.

HAESBAERT, R. *Viver no Limite: Território e Desterritorialização em Tempos de Contenção e Globalização*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LEFEBVRE, H. *The Production of Space*. Tradução de D. Nicholson-Smith. Oxford: Basil Blackwell, 1991.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). *Território: Globalização e Fragmentação*. 5. ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 2006. p. 15-20.

SANTOS, M. *Pensando o Espaço do Homem*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, M. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional*. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2014a.

SANTOS, M. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2014b.

SIQUEIRA, F.; GUIMARÃES, C. Em fórum extremista, atiradores pediram ‘dicas’ para atacar escola. *R7 São Paulo*, 13 mar. 2019.

XIMENES, C. C.; CARMELLO, N. Espaço e relações de poder: território, territorialidade e a manifestação do assédio moral no ambiente de trabalho. In: XIMENES, C. C. et al. (org.). *Espaço e Relações de Poder: Manifestação do Assédio Moral, Saúde e Desafios do Docente no Ambiente do Trabalho*. 1. ed. Curitiba: CRV, 2019. p. 13-36.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (TJDFT). DF é condenado a indenizar aluna vítima de bullying escolar – por opinião em grupo de WhatsApp. *TJDFT*, 3 dez. 2024.